



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HEDVYRGENS MONTEIRO DA SILVA

**ECONOMIA PLURIATIVA E GERAÇÃO DE RENDA DA AGRICULTURA
FAMILIAR QUILOMBO CAVALHADA - FLORES-PE**

SERRA TALHADA

2019

HEDVYRGENS MONTEIRO DA SILVA

**ECONOMIA PLURIATIVA E GERAÇÃO DE RENDA DA AGRICULTURA
FAMILIAR QUILOMBO CAVALHADA - FLORES-PE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Filipe Lima Silva

SERRA TALHADA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE

Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil

S586e Silva, Hedvyrgens Monteiro da

Economia pluriativa e geração de renda da agricultura familiar
Quilombo Cavahada - Flores-PE / Hedvyrgens Monteiro da Silva. –
Serra Talhada, 2019.

24 f.

Orientador: Filipe Lima Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em bacharelado em
Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2019.

Inclui referências.

1. Agricultura familiar. 2. Quilombos. 3. Economia agrícola. I.
Silva, Filipe Lima, orient. II. Título.

CDD 330

HEDVYRGENS MONTEIRO DA SILVA

**ECONOMIA PLURIATIVA E GERAÇÃO DE RENDA DA AGRICULTURA
FAMILIAR QUILOMBO CAVALHADA - FLORES-PE**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Orientador(a): Prof. Me. Filipe Lima Silva

Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Examinador(a): Prof.^a Dra. Avani Terezinha Gonçalves Torres

Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Examinador(a): Prof.^a Me. Camila Pereira Brígido Rodrigues

Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Serra Talhada – PE, 18 de Julho de 2019

RESUMO

O presente trabalho busca mostrar como é gerada a renda do Quilombo Cavalhada que é situada na área rural do município de Flores-PE, haja vista que a comunidade se articula da produção para autoconsumo e, que a partir da economia pluriativa é possível alavancar o mercado interno e expandir para além do município de origem. Assim, justifica-se a importância para os estudos de novas ruralidades, partindo de um objeto da Economia Rural e da Economia Ambiental. Partindo disso, procuramos responder à pergunta: Quais as articulações e como se dá a organização interna dos quilombolas de Cavalhada-PE quanto as questões de trabalho e renda. A presente metodologia é fruto da construção conjunta elaborada no Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Extensão Rural em Assentamentos com produção de instrumento de pesquisa, coleta e análise de dados realizados de forma coletiva e supervisionada. O trabalho tem cunho qualitativo e foi utilizada pesquisa bibliográfica como ferramenta de pesquisa. A comunidade conta com uma pequena produção agrícola de alimentação familiar de milho e feijão e com a produção de artesanato com insumos que seriam descartados. Porém, a comunidade se identifica como agricultores devido a maior parte de sua renda ser proveniente do plantio; entretanto, apresenta-se um grande potencial para o artesanato agroecológico, que conseqüentemente geraria mais renda, conservação da natureza e seria uma opção mais sustentável. Isso também faria com que o mercado local fosse fortalecido, contribuindo para o desenvolvimento tanto da comunidade como da região em que estão inseridos e não dependeria exclusivamente da agricultura e da ajuda do Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Pluriatividade, agricultura familiar, geração de renda

ABSTRACT

The present work seeks to show how the income of QuilomboCavalhada, which is located in the rural area of the city of Flores-PE, is generated, since the community articulates itself from production to self-consumption and, based on pluvial economy, it is possible to leverage internal market and expand beyond the municipality of origin. Thus, the importance for the studies of new ruralities, starting from an object of the Rural Economy and the Environmental Economy, is justified. From this, we try to answer the question: What are the articulations and how does the internal organization of the quilombolas of Cavalhada-PE take place as regards

labor and income issues. The present methodology is the result of the joint construction elaborated in the Group of Interdisciplinary Research of Rural Extension in Settlements with production of instrument of research, collection and analysis of data realized in a collective and supervised way. The work has a qualitative character and bibliographic research was used as a research tool. The community counts on a small agricultural production of family food of corn and beans and with the production of handicrafts with inputs that would be discarded. However, the community identifies itself as farmers because most of its income comes from planting; however, there is great potential for agroecological craftsmanship, which would consequently generate more income, conservation of nature and would be a more sustainable option. This would also strengthen the local market, contribute to the development of both the community and the region in which they are inserted, and would not depend exclusively on agriculture and aid from the BolsaFamília Program.

Keywords: Pluriactivity, family farming, income generation

INTRODUÇÃO

Há alguns séculos atrás nem se pensavam em integração do meio rural com o urbano. A área rural era tida como atrasada, destinada apenas a agricultura, plantio das terras e criação de animais; enquanto a área urbana era o novo, o progresso, devido a sua industrialização contínua. Porém, com o passar dos anos e com a introdução da tecnologia nas áreas rurais, isso vem facilitando o desenvolvimento dessas áreas e transformando no que está sendo chamado de novo rural, um espaço múltiplo, com novas funções que ultrapassam as práticas existentes e oferecem diferentes oportunidades de trabalho e renda. Para Graziano (1997, p.1) “o rural é entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.”

As atividades rurais são divididas em agrícolas e não-agrícolas. As atividades agrícolas como é citado acima eram as únicas atividades exercidas no meio rural, contudo, atividades não-agrícolas são introduzidas nesse novo sistema, e são postas em práticas pelas

famílias que residem ali. Essas novas atividades estão ligadas ao meio ambiente, a conservação da natureza, reflorestamento da mata nativa, consultoria ambiental, assim como também está ligada ao capital social, economia criativa, agroindústrias, turismo e lazer. E é nesse contexto de transformação que nasce a chamada pluriatividade, que é a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas.

Não se pode mais pensar no meio rural caracterizando-o apenas como atividades agropecuárias. Ele vem se urbanizando devido o processo da agroindústria. Esse processo é importante, pois além do crescimento dessas áreas menos desenvolvidas, os habitantes residentes dessas regiões procuram se qualificar para os empregos e aumentar o nível de escolaridade. Além de integrar a agricultura no restante da economia, facilitando o fornecimento de insumos e vendas de produtos.

O novo rural conta com um agente social chamado part-time farmer¹ ou agricultores em tempo parcial; combinando atividades ligadas diretamente a agropecuária com outras não-agrícolas. Essas atividades multifuncionais estão ligadas ao turismo, lazer, prestação de serviços pessoais, conservação da natureza e moradia. Esses serviços combinam várias formas de ocupação e o trabalho passa a ser autônomo, gerando mais renda para a família. Essa dinâmica contribui para a promoção de uma agricultura competitiva, sustentável e socialmente inclusiva.

Aprofundando ainda mais as discussões, optou-se por articular os conceitos de produção para autoconsumo e relação com mercado ao elemento de geração de renda, uma vez que o perfil de discussão desta pesquisa passa pela ordem de discussão da autonomia e resiliência de comunidades tradicionais.

Partindo de tal desiderato, avança-se em discussões da relação da comunidade com agentes internos e das formas de organização interna da mesma, articulando os elementos já apontados nessa introdução ao conceito de neocomunidades apreendido em Lifschitz (2006).

Assim, justifica-se o presente trabalho como sendo de importância impar para os estudos de Novas Ruralidades a partir de um viés heterodoxo de análise de um objeto da Economia Rural e da Economia Ambiental pela necessidade de estudos e investigações que tragam as discussões de pluriatividade, autoconsumo, geração de renda por um viés não produtivista mais que nem por isso se mostra inadequado a uma análise econômica. A

¹ Refere-se a utilização do tempo na propriedade por parte do indivíduo ou da família. (SCHNEIDER, 2003, p. 102).

agricultura familiar quilombola mostra-se uma seara de estudos às vezes não concebida como espaço de construção e articulação de conhecimentos.

A partir de então surge a necessidade de uma abordagem que tangencie as relações sociais que envolvem a inclusão social de quilombolas como principal interesse desta pesquisa, uma vez que seus resultados importaram na identificação de gargalos e dificuldades de manutenção e rompimento com o *status quo* gerando, a partir do presente desbravar, construções de políticas sociais, reforço de identidades e autonomia.

Justifica-se ainda que a presente pesquisa parte da identidade da pesquisadora, mulher, negra e sertaneja que busca, na ordem pessoal e social, a diminuição das desigualdades sociais e inclusão dos grupos sociais marginalizados no qual também se incluem povos remanescentes de quilombo. Observa-se ainda que a condição de pesquisador não se confundirá com a da população entrevistada, mas traz para pauta da pesquisa as percepções das limitações, fomentos, omissões e excessos para agricultores familiares quilombolas.

Partindo das construções supra e das justificativas lançadas, surge-nos a seguinte pergunta: Quais as articulações e como se dá a organização interna dos quilombolas de Cavanhada-PE quanto às questões de trabalho e renda.

Para tanto faz-se importante traçar como objetivo geral o que se segue: Analisar o perfil socioeconômico, articulação externa e a organização interna dos quilombolas de Cavanhada-PE quanto as questões de pluriatividade e geração de renda na comunidade.

Para alcançarmos tal desiderato, traçaram-se como objetivos específicos: 1) Caracterizar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares da comunidade Cavanhada-PE; 2) Identificar elementos de configuração de pluriatividade e de economia de autossustentabilidade; 3) Verificar a relação da resiliência do quilombo em tempo e espaço ao perfil socioeconômico de produção e geração de renda.

REVISÃO DE LITERATURA

Os quilombos são situados em extensas vegetações onde a população que ali vive desenvolve a agricultura para o próprio consumo e desenvolvimento da comunidade. Esse meio de produção é vantajoso, pois prolifera a sustentabilidade do meio ambiente e reduz os impactos de agressão ao solo e aos mananciais de água como ocorre na produção de escala. A agricultura familiar engloba um conjunto amplo de práticas, conhecimentos e valores que são

passados de geração para geração e representa a base da organização social, cultural e econômica da sociedade quilombola. É na roça que é criado um símbolo de valorização do patrimônio cultural; ela não é vista apenas como meio de subsistência com etapas simples de apenas plantar e colher. Por trás disso existe todo um processo de produção que passa pela escolha do solo ideal para cada tipo de produto, daí acontece a derrubada da vegetação e queima, depois a preparação da terra e após isso, o plantio e por último a colheita. Onde se reúne todos os familiares para essa retirada. Segundo Cruz e Valente (2004, p.2) “as comunidades remanescentes de quilombos fazem parte do vasto mosaico étnico, social, ecológico e cultural da estrutura agrária brasileira”

Esse processo todo é gerador de trabalho e renda, pois, além de subsidiar a comunidade, ainda gera renda com a venda de uma parte da produção em pequenas feiras livres. É importante também deixar explícito que a produção é livre de agrotóxico, implicando em produtos mais saudáveis e de melhor qualidade, ajudando principalmente na conservação da natureza. Wanderley (2001, p.31) afirma que “o meio rural é percebido igualmente como portador de soluções”.

Trata-se de uma agricultura pluriativa e de mobilidade, sujeito a mudanças em seu interior, tornando-a bastante flexível e diversificada. O espaço rural está cercado de relações sociais, políticas, econômicas e culturais e precisa ser enxergada dessa maneira. Para Milanez (2003) a construção de uma economia estável é desenvolvida através de um processo de sustentabilidade em que toda a rede essencial para a produção faça parte e, é por meio do capital social que isso é possível para tornar essa interação cada vez mais resistente. Para isso, é necessário descentralizar as riquezas fazendo com que haja mercado com diferentes valores para assim atender a diversidade da demanda. E esse processo só será possível a partir de incentivos a produção local que utiliza matérias-primas locais e sustentáveis e que também é gerador de empregos locais. Para Canclini (1995) o processo de hibridação cultural da América Latina é resultado de uma política ineficaz e que, a partir disso, possibilita que as comunidades tradicionais se reorganizem como neocomunidades que tragam em seu interior um modelo socioeconômico e cultural mais sustentável e agregador de valor na produção interna.

Os trabalhos não-agrícolas passam de um mero complemento de renda, ele está integrado permanentemente em uma sociedade que busca diariamente abrir seu leque de possibilidades que irá diversificar seu rendimento.

Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define o fenômeno denominado de pluriatividade,

que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. (SCHNEIDER, 2009, p.14).

Segundo Grisa (2017) “em 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) atesta a importância da agricultura familiar como categoria social que desempenha um papel de grande importância tanto para o modo de produção e estilo de vida sustentáveis que supera a pobreza vivenciada principalmente nas áreas rurais”.

O Estado brasileiro utiliza o termo quilombo como ideia de garantir propriedade definitiva às comunidades de remanescentes quilombolas rurais que carregam consigo uma bagagem histórica de sofrimento territorial.

De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, “são considerados remanescentes quilombolas os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória própria, relações específicas com o território, além de lutas contra a opressão sofrida pela sociedade”. (INCRA, 2017). Opressões estas que estão presentes até os dias atuais, apesar do histórico de resistência e lutas travadas e reafirmações de cultura e sociedade como um todo, o preconceito ainda é muito vivo. É nesse sentido, que o vínculo com a terra se torna importante como forma de reciprocidade e, constitui fato social de fortalecimento dentro das comunidades quilombolas.

Conceituando Agricultura Familiar e Pluriatividade

No Brasil a agricultura familiar foi impulsionada pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. A partir desse programa os agricultores passaram a ter a segurança de uma política nacional destinada exclusivamente para eles. Onde salienta Mahoney (2011 apud GRISA 2017) esta crescente legitimidade política e institucional foi corroborada pela criação da Secretaria da Agricultura Familiar, em 1999, pela criação do Programa Garantia Safra em 2002, e outras políticas públicas nos anos seguintes (Programa de Aquisição de Alimentos, Seguro da Agricultura Familiar, Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Habitação Rural), culminando com a institucionalização da Lei da Agricultura Familiar, em 2006.

Segundo Schneider (2003) o PRONAF nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que não eram

beneficiados pelas políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam dificuldades de se manter na atividade.

A pluriatividade solidifica os interesses da família dentro e fora do meio rural, possibilitando a interação sociocultural existente nas comunidades e fortalecendo esse vínculo. A diversidade das atividades agrícolas e não-agrícolas na agricultura familiar é uma forma de ampliar o leque de produtos comercializados e garantir o autoconsumo. Schneider define a pluriatividade como:

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p.112).

A pluriatividade não significa abandono da agricultura e do meio rural, pelo contrário, como cita Wanderley (2001, p.37) “parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas”. O seu papel é impulsionar a permanência das famílias no meio rural de forma a valorizar a identidade territorial como patrimônio familiar. Assim como salienta Graziano (1982, p.19) “só com a modernização, a agricultura poderá desempenhar eficazmente o seu papel”.

Nesse contexto, o termo pluriatividade refere-se à combinação de duas ou mais atividades divergentes, sendo uma das atividades agrícola (o que não quer dizer que essa atividade tenha que ser a mais importante), com formas de renda diferentes ou não. A inserção de outras atividades pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles, podendo ser para o sustento ou melhoria de renda da família ou renda individual. Como afirma Fuller e Brun (1988, p.150 apud SCHNEIDER 2003, p.103):

O termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. Pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura.

O desenvolvimento sustentável é a consequência da geração de produtos e serviços com valores ambientais, de origem territorial e produção natural, tornando-o um produto de valor social. Essas atividades econômicas sustentáveis podem na concepção de Cruz e Valente (2004, p.5) “fazer com que haja vantagens comparativas de natureza econômica, social,

política e tecnológica, aumentando a renda e as formas de riqueza, conservando os recursos naturais renováveis”.

É com base no trabalho da família que a pluriatividade é entendida como estratégia de reprodução social, onde é utilizada mão-de-obra agrícola, porém, sua integração à divisão social do trabalho decorre da interação com as atividades não-agrícolas e o mercado de trabalho. Essas unidades familiares encontram meios não apenas para subsidiar suas comunidades, mas, para afirmação de organização social de trabalho e de produção multifuncionais. WANDERLEY defende que:

Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo. (WANDERLEY, 2001, p.31)

Já para Carneiro (1997, p.54) a pluriatividade é o motivo da “rápida adaptação do agricultor familiar ao processo de modernização, com técnicas avançadas e a contribuição da cultura do agricultor familiar (farming culture) na formulação de respostas à crise do modelo produtivista”.

Levando em consideração a importância da pluriatividade na agricultura familiar, optou-se por fazer um estudo maximizado das comunidades de remanescentes quilombolas brasileiras com o enfoque sobre a economia de subsistência, explorando as alternativas de geração de renda sendo elas agrícolas e não-agrícolas.

Segundo SCHNEIDER (2009), a pluriatividade se dá pelo reconhecimento social e político do chamado “setor de subsistência”, advindo de uma organização onde diversos pequenos agricultores remanescentes de quilombos fortalecidos entre si sustentam a base social, cultural e econômica da comunidade em um nível elevado que ultrapassa até mesmo a industrialização.

A pluriatividade é a junção de duas ou mais atividades divergentes, sendo uma delas a agricultura. Mas que combinadas formam mais que um novo segmento, são tratadas como processo de desenvolvimento alternativo de vida no espaço rural, que interagem com a saúde, renda, bem-estar, sustentabilidade e cidadania; fazendo com que a pluriatividade seja tratada como um fenômeno heterogêneo e diversificado.

É uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas. (SCHNEIDER, 2009, p. 10)

As comunidades remanescentes quilombolas fazem parte da cultura brasileira e, diante disso, sua estrutura é amparada pela base agrária. De acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP), no Brasil existem atualmente cerca de 2.729 comunidades quilombolas certificadas que estão distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal. Sendo a agricultura familiar o pilar do meio de subsistência e que interliga o grupo familiar a trabalhar juntos em uma dinâmica consistente. (PALMARES, 2016)

Segundo a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006) é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e, possui área de até 4 (quatro) módulos fiscais, utilizando mão de obra da própria família, com renda familiar mínima vinculada ao próprio estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Sendo também considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, remanescentes quilombolas assentados da reforma agrária.

A agricultura familiar conta com políticas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que consiste em um programa do Governo Federal com o objetivo de fortalecer as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares a partir do financiamento de atividades e serviços em estabelecimento rural ou áreas comunitárias visando a melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras. Contando ainda, com subprogramas como, por exemplo, o Pronaf Agroecologia que estimula o financiamento para agricultores investirem no sistema de produção agroecológico ou orgânico, incentivando os produtores a adquirirem uma consciência sustentável.

Conta também com o Pronaf Grupo “B” quem vem a ser uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras com renda precária para combater a pobreza. Fazendo parte desse grupo as famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, remanescentes quilombolas e povos indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural.

Assim, percebe-se que tais conceitos de agricultura familiar e pluriatividade articulam-se diretamente com o estudo de caso que irá se descortinar. Tais elementos nos remetem a percepção de que há a necessidade de observar o modelo de desenvolvimento rural como um elemento que se traduz na exclusão de modos de produção alternativas, práticas e técnicas agrárias não-sustentáveis e da aniquilação, invisibilidade ou subjugação de sujeitos pelo Estado e pelo agronegócio. Faz parte do campo de análise da economia também buscar alternativas de mercado e de produção, além de identificar elementos que fujam a lógica produtivista e que encontre conforto no autoconsumo.

O propósito que nos remeteu as comunidades quilombolas como objeto de estudo encontra-se também na necessidade de reforço conceitual fora dos manuais da economia tradicional para estruturar possibilidades de alicerçamento econômico e desenvolvimento local a partir das subjetividades e desejos da própria comunidade. Logo, partiremos neste artigo também da articulação do conceito de neocomunidades, pois este se traduz como um movimento na dinâmica das culturas locais, vinculado à revalorização do território e à reconstrução de práticas e saberes tradicionais nos quais "agentes da modernidade" (Ongs, mídia, instituições de ensino etc.) promovem a reconstrução simbólica e material de territórios comunitários e de saberes tradicionais através de técnicas e dispositivos modernos.

Neste sentido, ao invés de participarem dos fluxos de desterritorialização e hibridação, as neocomunidades representam uma tendência à refundação de territórios tradicionais e à produção de singularidades culturais delimitadas espacial e simbolicamente que geram resiliência e/ou autonomia em seus sujeitos. (LIFSCHITZ 2006).

Os agentes modernos podem estabelecer, com os agentes tradicionais, relações de mútua dependência. Por um lado, as instituições externas, que representam a modernidade, precisam da tradição comunitária para viabilizar seus projetos e para gerar novos recursos vinculados ao patrimônio material e imaterial. Por outro, a comunidade, que representa a tradição, precisa das instituições externas para projetar seu valor, tanto no sentido simbólico quanto no material. Os agentes modernos, entre os quais incluem-se as universidades, neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes também podem contribuir para o reconhecimento e legitimação de saberes tradicionais ou para problematizar os direitos culturais sobre suas manifestações culturais coletivas (CANCLINI, 2001 apud LIFSCHITZ, 2006, p. 38).

Paulo de Jesus (2001) aponta para um processo que mobiliza pessoas e instituições com o intuito de transformar não só a comunidade, mas também a economia local de forma que sejam criadas oportunidades de trabalho e renda para que sejam superadas as dificuldades existentes e gere melhores condições de vida. Isso decorre da harmonização articulada de vários instrumentos que atuam de formas diferentes com o objetivo de dar suporte ao

desenvolvimento local através de um processo de concertação, visando à valorização das potencialidades de recursos internos.

FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

A presente metodologia é fruto da construção conjunta elaborada no GRUPO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO RURAL EM ASSENTAMENTOS com produção de instrumento de pesquisa, coleta e análise de dados realizados de forma coletiva e supervisionada com acréscimos e supressões relativos aos desdobramentos de seus produtos.

A metodologia é a escolha que se faz para responder o problema proposto em uma pesquisa científica. Para tanto, são utilizados métodos, técnicas e materiais que possam contribuir na obtenção de subsídios para respondê-lo, pois, compreende-se que “geralmente é uma parte complexa e deve requerer maior cuidado do pesquisador” Minayo (2001, p. 42). Assim, para atender aos objetivos propostos, seja ele o geral ou os específicos, é necessário classificar este estudo de maneira que identifique o tipo de pesquisa que será desenvolvido.

Trata-se assim de uma pesquisa de cunho qualitativo por ter como objetivo aumentar o nível de familiaridade da pesquisadora com o tema através de uma pesquisa bibliográfica de forma sistemática, diversificada e universal Gil (2008). A pesquisa bibliográfica apresenta-se com o objetivo de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa. Serve como suporte teórico ao universo pesquisado e foi realizada através da leitura de material já publicado (livros, periódicos, artigos científicos, revistas etc) (SEVERINO 2007).

O levantamento bibliográfico prescinde da escolha do tema do estudo, ainda que não seja possível elaborar de maneira definitiva seu problema de pesquisa que, segundo Gil (2008, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” para obtenção de construções teórico-conceituais interdisciplinares e transdisciplinares.

Domingues (2001) afirma que a transdisciplinaridade trata-se do cruzamento de especialidades e interfaces, bem como da unificação do conhecimento e da superação das fronteiras entre o conceito de um campo do saber e outro, enquanto que, Frigotto (2008, p.43), aponta para a necessidade de discussões epistemológicas interdisciplinares fundamentadas:

No caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa na natureza intersubjetiva de sua apreensão. O caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam os limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para investigação não é fragmentá-lo ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema, isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem.

No que tange especificamente à necessária parte da pesquisa que possui natureza bibliográfica, optou-se também pelas bases epistemológicas das obras e autores que convergem às perspectivas de análise da Economia Rural, porém, percebe-se claramente no presente texto um viés crítico que acresce aspectos como sustentabilidade, governança ambiental e combate às formas rígidas de engessamento da mobilidade social para os sujeitos do meio rural.

Logo, com o objetivo de investigar as contribuições de pesquisas já publicadas sobre a importância da pluriatividade e da economia de autoconsumo nos processos de resiliência da agricultura familiar quilombola, foi realizada uma revisão bibliográfica. Foram considerados ainda outros trabalhos como resumos, artigos, monografias, dissertações e teses para consubstanciação do Estado da Arte na temática escolhida, bem como, realizadas leituras e discussões nas disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE, de forma não estruturada.

Assim, optou-se por uma análise histórica de contextualização social, política e econômica a qual seria insubsistente sem a percepção dos valores sociais que condicionaram o surgimento dos enunciados de verdade constantes nos marcos legais responsáveis pelas estruturas econômicas de produção e pela construção de políticas sociais para o meio rural, uma vez que se buscará identificar os possíveis fenômenos de ruptura ou de reprodução da ordem social.

Desta forma, foi realizada uma coleta de informações representativas não-intencionais sobre os agricultores familiares do Quilombo de Cavahada, em seguida foram sintetizados os pontos principais do que foi registrado em grupo focal, identificar as discrepâncias entre os discursos da teoria e da norma com as constatações identificadas, comparando as partes que forem argumentadas para no final apresentar uma interpretação em termos gerais com a completude do argumento (LIAKOPOULOS 2004).

Faz-se importante conhecer e explicar, como recorte da pesquisa documental, que trabalharemos, enquanto dados primários e alvos cognitivos, uma vez que tal recorte se

mostra essencial para oferecer parâmetros e direcionar as análises para o tratamento crítico e a significação positiva dos dados, articulando-os de forma profunda e ampla em consonância aos objetivos postos e propósitos teóricos da pesquisa.

Assim, como o estudo de caso permite uma pluralidade de procedimentos técnicos e de levantamentos de dados que podem ser incorporados à pesquisa, teremos a obtenção da Unidade-Caso por intermédio de dois critérios que importaram também no recorte epistemológico escolhido: 1) Geográfica: Comunidade quilombola Cavalhada no sertão do Pajeú em Pernambuco; 2) Social: agricultores familiares quilombolas.

A amostragem foi definida conforme a aplicação dos critérios de população supracitada. A escolha dos agricultores familiares quilombolas deu-se em virtude da riqueza de discussões decorrentes do contraditório e possível desvelar do conflito de interesses coletivos subordinados e marginalizados pelo sistema e pelo mercado.

A entrevista em grupo focal foi realizada em conjunto no Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Extensão Rural e Práticas Pedagógicas em assentamentos e quilombos e foi composta por perguntas abertas, sem nenhum tipo de limitação quanto ao número de caracteres. O mesmo foi interposto à total de 19 respondentes que se dispuseram voluntariamente a participar das reuniões na associação de moradores da comunidade caracterizados como sendo quilombolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade Cavalhada é situada na área rural do município de Flores – PE, sua área corresponde a uma pequena produção agrícola de alimentação familiar (milho, feijão, melancia, jerimum e fava), tendo também articulação de produção de artesanato com insumos que iriam ser descartados, como por exemplo, garrafas pets, para produção de bonecas, crochê, bonecas de pano e arupemba (peneira) com palha de coqueiro.

Perfil de Disponibilidade de Assistência e Recursos

Na comunidade quilombola de Cavalhada reside cerca de 70 a 90 famílias, totalizando aproximadamente, 200 pessoas, entre adultos, crianças e adolescentes. Onde todas as casas possuem cisternas (proveniente da Assistência Pública); o sítio conta também com um poço, o

mesmo passa por um processo de dessalinização para uso; o território tem proximidade da via rodoviária, possibilitando um futuro investimento para a venda de produtos.

Entre os idosos da comunidade poucos possuem aposentadoria, entretanto, os moradores são beneficiários do Programa Bolsa Família, fazendo com que essa seja uma das rendas de subsistência da comunidade, sendo a outra proveniente da produção de milho e feijão. No que se refere a educação é um ponto que deixa a desejar pela falta de um polo de educação local, haja vista que antigamente existia. Já com relação a saúde básica a comunidade recebe visitas semanais para serviços públicos de saúde (não havendo um polo de atendimento local), isso faz com que os moradores da comunidade se desloquem para o município de Flores em casos de emergências e outros atendimentos. Falta ainda, tratamento adequado da água para consumo, exceto a dessalinização que é feita; e com relação ao seu descarte também não há nenhum sistema para isso. Quanto aos resíduos sólidos são depositados a céu aberto, devido a falta de coleta específica.

Devido a falta de políticas públicas a comunidade acaba sendo prejudicada e limitada a avanços almejados. Avanços esses que poderiam melhorar a estrutura interna da comunidade e conseqüentemente expandir a rede de comércio para além dos arredores da comunidade.

Aspecto Agroecológico

As formas de produção agrícolas tradicionais provocam a gradativa degradação dos recursos naturais, isso é devido à falta de consciência dos produtores rurais que buscam alternativas mais fáceis e rápidas para o cultivo à custa da depreciação dos recursos a médio e longo prazo. Em contrapartida, a agroecologia combina conhecimentos técnicos e sustentabilidade dos recursos renováveis.

A agroecologia é uma proposta de alternância de agrossistema, compreendendo as desvantagens da agricultura convencional insustentável. Baseado no princípio da ecologia e compreensão de ecossistemas naturais. Sendo possível a exploração integrada do conhecimento da base teórica para o desenvolvimento do projeto de modelos para teste e avaliações de Agrossistema Sustentável (GLIESSMAN 2000).

O meio ambiente está integrado com a sociedade e é a partir do manejo da terra de forma mais consciente que os recursos naturais se tornam cada vez mais abundante e conseqüentemente a qualidade da produção será acrescida.

A comunidade de Cavanhada apresenta em sua área o potencial de produção agrícola, pecuária e artesanal agroecológico. Porém, para que essa realidade seja possível é necessário um planejamento estratégico ecológico viável ao local.

Algumas etapas são primordiais nesse processo, como análise meteorológica, geológica e econômica local. O planejamento básico de um sistema agroecológico possibilita um bom desempenho na produtividade sustentável.

Com base na realidade da área da comunidade, é possível realizar modelos testes de projetos e avaliar o desempenho.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A partir da apresentação do contexto social, econômico, cultural e territorial em que emergiu o debate sobre o desenvolvimento da agricultura familiar da comunidade de Cavanhada-PE voltado para uma economia pluriativa, este trabalho procura responder os objetivos específicos traçados que foram citados na introdução.

Logo, ao nos dispormos caracterizar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares da comunidade Cavanhada-PE observamos que basicamente é constituído pelas vendas dos produtos que sobram do que é retirado para o consumo. Percebe-se que os residentes da comunidade se encontram em situação de pobreza, dependendo assim da ajuda de custo proveniente do Governo Federal, como por exemplo, bolsa família.

Outro objetivo galgado foi a tentativa de identificar elementos de configuração de pluriatividade e de economia de autoconsumo dos remanescentes quilombolas da comunidade de Cavanhada que se identificam como agricultores devido seus sustentos virem diretamente

da terra em que vivem. Porém, o artesanato apresenta-se como meio de geração de renda e conservação da natureza, trazendo para a comunidade outra opção de subsistência.

Entretanto, os residentes ainda não se veem como comunidade pluriativa e que esse caminho seria o ideal para alavancar suas rendas e incentivos ao fortalecimento do mercado local, contribuindo para o desenvolvimento tanto da comunidade como da região em que estão inseridas e não dependerem exclusivamente da agricultura e da ajuda do bolsa família.

Apesar de ter um reconhecimento como quilombola percebe-se que a comunidade não tem uma organização interna enquanto associação, bem como ainda não logrou êxito quanto ao rompimento da condição de pobreza e nem tampouco se observa um aprofundamento de discussão no mercado de produtos tipicamente quilombolas com a identidade da comunidade à qual poderia ser considerada na venda de produtos do artesanato, bem como agregando valor a produção agropecuária.

Verificou-se ainda a ausência de articulações mais significantes que potencialize o processo de sustentabilidade na construção de uma economia estável e duradoura. É essencial incentivar a produção local que corrobora com a cultura quilombola, gerando dessa forma empregos locais, com matéria-prima interna sem agredir o meio ambiente.

Por isso faz-se necessário uma reeducação da sociedade de forma geral na forma de pensar, construindo conceitos mais simples e flexíveis com relação a sociedade e o modo de vida, onde seja incluído o valor da produção local da região. É de forma endógena que a rede de construção do mercado local torna-se positivo e agregador.

Desta forma, passamos a verificar a relação da resiliência do quilombo em tempo e espaço ao perfil socioeconômico de produção e geração de renda e encontramos mesmo que superficialmente em nossa breve pesquisa que o vínculo existente entre as pessoas e o espaço territorial é bastante forte, pois caracteriza uma história de sobrevivência e resistência que garantiu a continuidade da vida e da comunidade e a recente luta por direitos e pelo mercado.

Restou claro que a identidade quilombola parte da consciência de ser o que é, e ser reconhecido como tal, tanto para o indivíduo, como para a comunidade. É pertencer a algum lugar e ser pertencido com suas regras, costumes e valores.

Assim, a agregação de valor aos produtos dos agricultores é de suma importância, pois propicia um maior acesso à inovação técnica e mobilização de recursos e conhecimento para a comunidade. É preciso, antes de tudo, valorizar o processo de trabalho, sendo ele uma

possibilidade de construção de valores integrativos, solidários, identitários e articulador de valores éticos e culturais que são passados de forma geracional.

Por fim, cabe-nos afirmar que a agricultura familiar dos povos tradicionais na qual se percebe a pluriatividade, redefinem o meio rural como estratégia de desenvolvimento. O perfil socioeconômico considera aspectos econômicos, sociais e culturais de uma comunidade em estado de vulnerabilidade e fragilidades endógenas quanto aos processos de fortalecimento de identidade, reivindicação de direitos e espaços e pela instabilidade dos processos de geração de renda, os quais estão também diretamente ligados a uma consistência na articulação externa concebida pela formação de redes com outras entidades e instituições, inclusive com outras comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 30/04/2019

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: Novas Identidades em Construção.** Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997.

CRUZ, Kelma. C. M. S.; VALENTE, Ana Lúcia. E. F. **Produção familiar, agronegócio e desenvolvimento local sustentável em área remanescente de quilombo um estudo de caso na comunidade Kalunga.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42. 2004, Cuiabá. Anais...Cuiabá, MT, p. 487-507, 2004.

DOMINGUES, Ivan (org.) **Conhecimento e Transdisciplinaridade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; IEAT, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Interdisciplinaridade como Necessidade e como Problema nas Ciências Sociais.** Revista do Centro de Educação e Letras-UNIOESTE/Foz do Iguaçu, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **O Novo Rural Brasileiro.** Nova economia, Belo Horizonte, 1997.

GRISA, C. **A Agricultura Familiar nas Políticas para a Agricultura Familiar. Agricultura Familiar: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

INCRA. **Regularização de Território Quilombola: Perguntas e Respostas.**

JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento Local**. In: A outra economia /Antonio David Cattani(org).

LIAKOPOULOS, M. **Análise Argumentativa** In: Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. Bauer, M.; Gaskell, G. (Orgs.). 3ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Neocomunidades:Reconstruções de Territórios e Saberes**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 38, p. 67-85, 2006.

MEDEIROS, Maria Rosa Vieira. **Ruralidades: novos significados para o tradicional rural**, 2017.

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento Local**. In: Desenvolvimento sustentável /Antonio David Cattani (org).

MINAYO, M. C. **Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**.Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/>> Acesso em: 18/04/2019.

PALMARES, F. C. Certificação Quilombola. 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 > Acesso em: Outubro de 2018.

SANTOS, José Ricardo dos. **Relações Entre As Políticas De Extensão Rural E As Políticas Formativas Do Serviço Nacional De Aprendizagem Rural**. Recife, 2018.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.18, nº51, Fevereiro de 2003.

_____.**A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**, 2006.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico** . 23, ed. revista e atualizada. Cortez Editora – São Paulo, 2007.

WANDERLAY, M. N. B. **A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Argentina, 2001.